

o b s e r v a

observatório
de ambiente
e sociedade



Laboratório associado

O Caso da Barragem de Odelouca

José Luís Garcia, José Esteban Castro,
Ana Isabel Inácio e Ana Mafalda Silva

e estudo / 10

1999

EPISÓDIO DE CONFLITO AMBIENTAL
O CASO DA BARRAGEM DE ODELOUCA

RELATÓRIO FINAL

José Luís Garcia
José Esteban Castro
Ana Isabel Inácio
Ana Mafalda Silva

DEZEMBRO de 1999

Índice

Siglas	Erro! Marcador não definido.
Introdução	Erro! Marcador não definido.
2. Características da Região.....	Erro! Marcador não definido.
2.1 – Hidrologia e Situação Ambiental	Erro! Marcador não definido.
2.2 – O Papel de Odelouca no Contexto Regional	Erro! Marcador não definido.
3. O Desenvolvimento Histórico do Projecto	Erro! Marcador não definido.
3.1 – Impacto Ecológico.....	Erro! Marcador não definido.
4. As Posições Divergentes	Erro! Marcador não definido.
4.1 – A Favor da Barragem	Erro! Marcador não definido.
4.2 – Oposição à Obra	Erro! Marcador não definido.
5. Uma Decisão Polémica.....	Erro! Marcador não definido.
6. Cronologia	Erro! Marcador não definido.
7. Bibliografia	Erro! Marcador não definido.

Siglas

AAB	Acção Ambiental para o Barlavento
ABASA	Águas do Barlavento Algarvio, S. A.
AHETA	Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
ALMARGEM	Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve
AMAL	Associação de Municípios do Algarve
CCR-Alg	Comissão de Coordenação da Região do Algarve
CCRA	Comissão de Coordenação do Registo do Algarve
CEAL	Confederação dos Empresários do Algarve
COBA	Consultores para Obras, Barragens, e Planeamento, S. A.
DGA	Direcção-Geral do Ambiente
DRAA	Direcção Regional do Ambiente do Algarve
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
GEOTA	Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e do Ambiente
ICEP	Investimento, Comércio e Turismo de Portugal
ICN	Instituto da Conservação da Natureza
IHERA	Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente
IM	Instituto de Meteorologia
INAG	Instituto da Água
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPA	Instituto Português de Arqueologia
IPAMB	Instituto de Promoção Ambiental
LPN	Liga para a Protecção da Natureza
MA	Ministério do Ambiente
MARN	Ministério do Ambiente e Recursos Naturais
MPAT	Ministério do Planeamento e Administração do Território

1. INTRODUÇÃO

Em 22 de Junho de 1999 a Ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, anunciou a decisão de construir a barragem de Odelouca no Barlavento Algarvio. O projecto, originalmente concebido na década de 60, encontrava-se parado devido ao suscitar de um importante debate fundamentalmente acerca do impacte ambiental da obra, debate esse que terá chegado a questionar a própria necessidade de construir a barragem. Na versão aprovada, o projecto representa uma posição intermédia entre as duas opções extremas em conflito, a saber, entre o abandono do projecto (Opção Zero), advogado por uma série de organizações dedicadas à protecção do ambiente e do património histórico, ou a construção de uma barragem com capacidade máxima possível, dadas as condições da área (Solução 1), construção essa promovida pelo Instituto Nacional da Água (INAG), pelas empresas contratantes, pelas autarquias locais e pela "comunidade regional de negócios".

Em grande medida, pode dizer-se que a decisão adoptada (Solução 2), que implica a construção de uma barragem de dimensões mais reduzidas do que as contempladas na opção promovida pelo INAG despertou o desacordo, quer de uns, quer de outros. Por um lado, a maioria das associações ambientalistas que se opõem à construção da barragem acusou o governo de autorizar aquilo que consideram ser um projecto injustificável, tanto do ponto de vista das necessidades demonstráveis por uma estimativa do consumo de água para os próximos vinte e cinco anos, como do ponto de vista de um impacte ambiental irreversível que tal obra em questão produzirá. Por outro lado, o INAG e as autoridades locais, que pretendiam a construção de uma barragem de grandes dimensões, deveriam contentar-se com uma opção intermédia que reduzisse significativamente o volume de água que pretendiam armazenar “com fins estratégicos”. Os representantes mais conspícuos da "comunidade local de negócios", que tinha recebido com satisfação o anúncio oficial, afirmaram que lamentavam o “tardio” da decisão, fazendo alusão às sucessivas demoras e bloqueamentos sofridos pelo projecto, especialmente durante os últimos três anos.

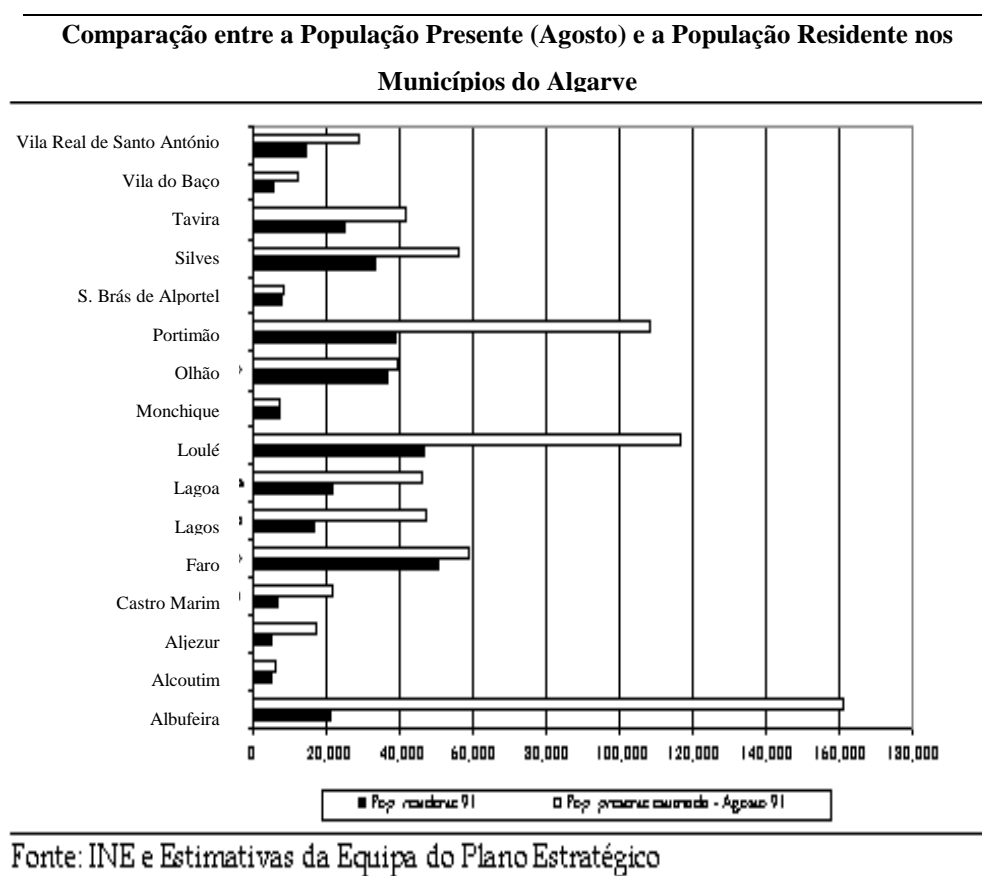
De certo modo, o anúncio da construção da barragem parece constituir o fim de uma longa etapa de conflitos à volta do projecto. Contudo, devido a um conjunto muito complexo de factores de carácter ambiental, tecnológico, económico, social e político, que

vão desde a persistente resistência das organizações ambientalistas ao projecto, passando pelas limitações e urgências derivadas do processo de desertificação que afecta a Península Ibérica, até às negociações formais e informais com Espanha acerca da utilização das bacias internacionais, em particular a do Rio Guadiana, é altamente provável que os conflitos sobre este projecto persistam e se amplifiquem. O propósito deste trabalho é precisamente oferecer uma caracterização da evolução do conflito em redor da barragem de Odelouca e antecipar as questões centrais que seguramente continuarão a afectar o desenvolvimento deste projecto e, consequentemente, o próprio desenvolvimento regional.

2. CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

O Algarve é uma região natural, cujos dois terços de quase 5000 Km² de superfície se encontram ocupados por áreas de serra. A região possui um extenso litoral marítimo sobre o Atlântico, o qual constitui um ponto de atracção turística de grande importância, de tal modo que a sua população residente actual de pouco mais de 340 mil habitantes se vê quase duplicada durante o período de Verão de Junho a Setembro (ver figura 1)¹.

Figura 1



O Algarve, cuja taxa de densidade populacional é inferior à média nacional, de 68.8 contra 107.3 habitantes por Km², tem uma percentagem de população empregada nos

¹ Tratam-se de dados oficiais (INE-CCRA, 1998). Contudo, há uma grande diferença entre os dados fornecidos por diferentes instituições e indivíduos. Por exemplo, segundo um dos nossos entrevistados, só nos sete concelhos litorais do Barlavento Algarvio, os quais contam com uma população residente à volta das 180 mil pessoas, nos meses de Verão a população triplica-se e supera os 600 mil habitantes. (Entrevista com o Engenheiro João Sousa, Águas do Barlavento Algarvio, 6-8-99).

sectores primário e terciário superior ao ponto médio nacional, de 13,5% e 64,4% contra 10,8% e 51,3%, respectivamente. Estes dados indicam-nos a predominância de actividades em serviços associados ao turismo, assim como também de actividades agrícolas, que caracterizam a região relativamente a todo o país. Neste sentido, cabe destacar que o Algarve conta com 22% dos estabelecimentos hoteleiros do país, ao mesmo tempo que concentra 31% do pessoal empregado na hotelaria e 40% da capacidade de alojamento à escala nacional. Do mesmo modo, esta região contém uma grande percentagem de área cultivada com frutos secos e citrinos ao nível do país, 36% e 55% da área total nacional dedicada a estas culturas, respectivamente (INE-CCRA, 1998).

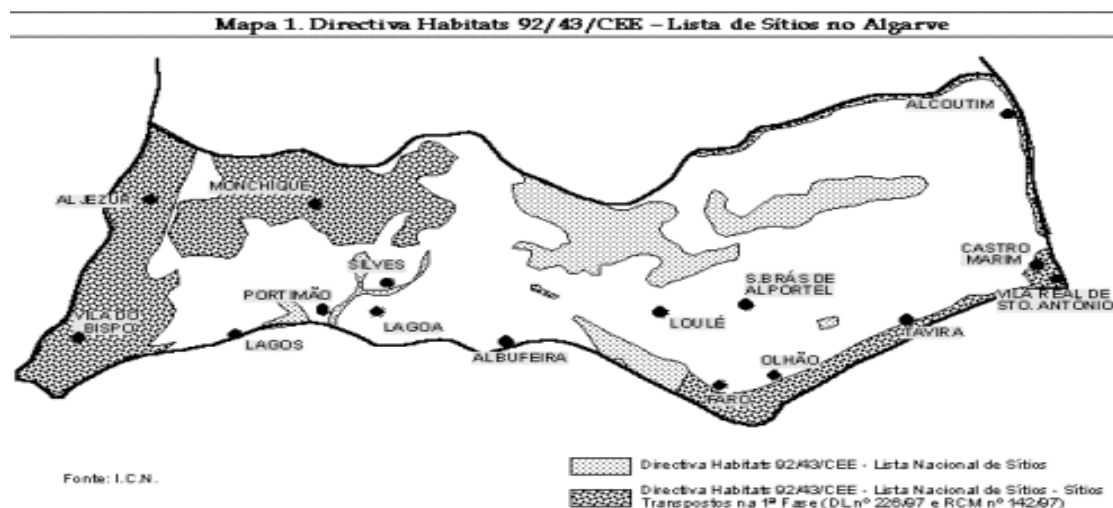
O rápido crescimento do turismo, em conjunto com a expansão da agricultura de irrigação e das redes urbanas de abastecimento de água canalizada e esgoto realizadas a partir dos anos sessenta, só se puderam concretizar a partir de uma crescente sobreexploração dos recursos hídricos da área, cujos efeitos não planeados começaram a ser apercebidos e discutidos em anos muito recentes. O conflito actual à volta da barragem de Odelouca deve ser analisado à luz deste desenvolvimento.

2.1 – HIDROLOGIA E SITUAÇÃO AMBIENTAL

Dois terços da zona costeira do Algarve encontram-se classificados como patrimónios naturais, aos quais se agregam os regimes de protecção determinados pela Directiva Habitats que procura preservar a biodiversidade no continente. Esta directiva recebeu sanção legislativa em 1997 (Decreto lei 226/97), e através de uma resolução do Conselho de Ministros (142/97) foi aprovada uma lista de locais a ser integrados na Rede Natura 2000, locais esses protegidos pela directiva em questão. Na primeira fase, incorporaram-se uma série de locais que incluem a margem do Rio Guadiana, Monchique e a costa sudoeste da região, enquanto que outras áreas como a Serra do Caldeirão, Odeleite e o Cerro da Cabeça se encontram à espera de uma decisão para, numa segunda fase, serem declaradas zonas protegidas (ver figura 2). Grande parte das bacias afectadas pelo projecto Odelouca, directa ou indirectamente, encontram-se incluídas nas ditas áreas protegidas ou em processo de integração na Rede Natura 2000, facto este que contribui

para explicar, como iremos ver mais detalhadamente, a oposição das organizações ambientais ao projecto (FUNDEUROPA-AMAL, 1999).

Figura 2



Por outro lado, o sistema hidrográfico do Algarve caracteriza-se por correntes de volume reduzido, calmas e que adoptam um regime torrencial nas áreas onde o terreno é mais acidentado. A região recebe uma precipitação média anual de 635mm, ainda que a mesma apresente grandes variações em função da altura e da distância da costa, que vão desde 400 mm a 1300mm. A maior parte desta precipitação, que alcança um volume médio anual de 3500 milhões de m³, perde-se através de processos de evaporação e evotranspiração, o qual deixa somente um volume aproveitável equivalente a aproximadamente 23% do total anual. Devido às características do subsolo, na zona de serra a capacidade de reposição dos aquíferos por infiltração vê-se reduzida ao mínimo, enquanto que na zona costeira a infiltração dá conta aproximadamente de 20% dos recursos causados pela precipitação anual. Contudo, este último aspecto reveste-se também de um carácter controverso, já que não existe consenso acerca do funcionamento dos sistemas hidrológicos subterrâneos na área. Tal como afirma o geólogo Carlos Costa, “o regime de recarga [dos aquíferos] no Algarve é muito difícil de prever”².

Relativamente aos recursos hídricos totais, a região algarvia apresenta uma média relativa anual inferior ao resto do país, 3500 m³ contra 4000 m³ por habitante,

² Dr. Carlos Costa, geólogo da Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa, citado em “Barragem Menor em Odelouca”, *Público*, 23-6-1999.

respectivamente. Se compararmos estes dados com a média europeia de 2100 m³, ou com a dos países membros da União Europeia que é de 2700 m³, poderia dizer-se que a situação geral é relativamente favorável. No entanto, o regime hidrológico da região apresenta uma grande irregularidade temporal e espacial, o que terá conduzido à adopção de uma estratégia de grandes inversões em infraestruturas para regular os caudais disponíveis e garantir o abastecimento.

Segundo a informação disponível oficialmente, os componentes fundamentais do consumo de água no Algarve são constituídos pela agricultura e pelos serviços públicos de água e saneamento, se bem que a maior proporção corresponda à primeira actividade. No que diz respeito às condições de infraestruturas, a percentagem de população com acesso a serviços básicos de água canalizada, esgoto e electricidade é inferior à média nacional: uma média de 80% contra 86%, respectivamente (INE-CCRA, 1998). Todavia, o serviço de águas é irregular, tal como indica o facto de mais de uma quinta parte das freguesias não possuírem um serviço garantido durante todo o ano, um problema que acaba por ser especialmente grave nos concelhos de Silves e Tavira (FUNDEUROPA-AMAL, 1999).

Os valores exactos correspondentes ao consumo de água continuam a ser objecto de grande polémica, especialmente no que diz respeito a estimativas futuras. Por exemplo, de acordo com dados do Instituto da Água (INAG), o consumo de água na subregião do Barlavento Algarvio alcançou um total anual de 110 hm³ em 1997, mas as estimativas da instituição indicam que tal consumo poderia alcançar os 255 hm³ para 2025. O facto dos aquíferos da região se encontrarem num processo de rápida deterioração obrigaria a que um volume crescente do consumo futuro deva ser satisfeito com recursos superficiais. A este respeito, o INAG estima que o volume máximo que se pode retirar dos aquíferos está na ordem dos 130 hm³ anuais.

Estes valores, porém, têm sido questionados pelas associações ambientalistas. Por exemplo, a LPN terá acusado o INAG de aumentar artificialmente os dados correspondentes ao consumo, de promover um uso ineficiente dos recursos existentes e de proporcionar a construção de grandes obras que apenas contribuirão para uma mais pronunciada deterioração dos recursos regionais, especialmente dos aquíferos frágeis da subregião³.

³ Ver, por exemplo, “Ministra anuncia hoje barragem de Odelouca”, *Diário de Notícias*, 22-6-99.

Neste contexto, a grande questão do debate – se nos basearmos nos documentos oficiais – é o volume que consumirá a agricultura de irrigação. Em forma de exemplo geral, as estimativas do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT) tinham antecipado que, ao nível do Algarve, a agricultura absorveria entre 80 a 90% do consumo total anual de água para o ano 2000 (MPAT, 1988). Aquele estudo estimava que o consumo total regional para o ano 2000 seria entre 480 e 780 milhões de m³ anuais (hipóteses de mínima e máxima, respectivamente). A diferença dependia da capacidade de aumentar a superfície dedicada à agricultura de irrigação de 60 a 100 mil hectares, já que o consumo do sector de serviços públicos, incluindo o turismo, tinha sido estimado em 80 milhões de m³, aproximadamente 17% do consumo total mínimo estimado (MPAT, 1988). Dado que o volume de água anualmente aproveitável no Algarve estima-se em aproximadamente 550 milhões de m³, é evidente que para manter o balanço hidráulico, especialmente se se pretendia alcançar a hipótese máxima de extensão da superfície agrícola de irrigação, era desejável ampliar-se a disponibilidade com recursos adicionais. O mesmo estudo indicava que estes últimos se poderiam obter através do Rio Guadiana, contando este com um caudal anual estimado em 5000 milhões de m³. Esta alternativa, porém, está sujeita ao resultado das negociações que se mantêm com Espanha acerca da utilização da bacia internacional do referido rio.

Para além das sérias discrepâncias existentes, existe há vários anos existe um relativo consenso acerca da ideia de que a chave para um uso eficiente dos recursos hídricos regionais consiste no uso conjunto dos aquíferos e das águas de superfície. Esta tendência vantajosa viu-se ultimamente reforçada por desenvolvimentos a nível europeu e internacional, a tal ponto que a nova directiva europeia sobre a utilização de bacias hidrográficas (de aparição iminente) aprova o uso integral de bacias hidrográficas incorporando não apenas águas superficiais e subterrâneas, como também os estuários que formam parte dos respectivos sistemas⁴. O impacte desta tendência à utilização conjunta dos ecossistemas é, sem dúvida, determinante ao nível das políticas formais de planificação do desenvolvimento regional.

No entanto, apesar das mudanças de fundo que se têm dado nos últimos anos no que diz respeito à legislação, em termos concretos regista-se uma inércia proveniente dos problemas tradicionais em matéria de infraestrutura hidráulica. Tal é notório no caso do Algarve, onde o uso conjunto dos recursos hídricos foi realizado essencialmente através

da planificação de uma rede de infraestruturas hidráulicas, basicamente destinada ao uso de águas superficiais. Desta forma, o plano geral de Aproveitamentos Hidráulicos do Algarve estrutura-se a partir de quatro grandes barragens: na parte oriental, Odeleite e Beliche, e na parte ocidental, Funcho e Odelouca (em curso). O sistema foi formalmente concebido para resolver o problema da grande irregularidade temporal e espacial do ciclo hidrológico e para garantir o abastecimento do consumo requerido. Isto conseguir-se-ia através de transvases de água dirigidos às áreas deficitárias do sistema e da manutenção de reservas de água estratégicas através da região para poder dar resposta imediata em caso de urgência. Nas palavras dos planificadores, “uma vez implementado, [o plano] permitirá resolver todos os problemas de fornecimento de água aos diferentes sectores da economia, com segurança e garantia e a custos aceitáveis” (MPAT, 1988:6). Como iremos ver a seguir, este aspecto orientado para a expansão massiva da oferta de água na região foi objecto de um conflito recorrente, que teve o seu epicentro no projecto da barragem de Odelouca.

2.2 – O PAPEL DE ODELOUCA NO CONTEXTO REGIONAL

O rio Odelouca compõe parte da bacia do rio Arade, do qual é afluente, e constitui, junto com este último, o sistema hidrológico de superfície mais importante na subregião do Barlavento Algarvio. A sub-bacia de Odelouca tem uma extensão de 100 Km desde o seu nascimento na Serra do Caldeirão até ao lugar onde desagua no Arade, perto de Silves, e abarca uma superfície de 520 Km². O seu principal afluente é o rio Monchique, que nasce na serra com o mesmo nome. O regime do Odelouca é caracteristicamente mediterrâneo, com uma elevada variação estacional e interanual, com o seu volume máximo normalmente no mês de Março e uma redução substancial do seu caudal durante o período Julho/Setembro.

⁴ Devemos esta ideia ao Dr. Baptista Coelho (ver “entrevistas”)

Figura 3



Neste contexto, o plano hidráulico regional terá atribuído à barragem de Odelouca um papel central no que diz respeito a garantir os volumes de água estimados para a provisão de serviços públicos e irrigação na subregião do Barlavento Algarvio, especialmente na área determinada pelos concelhos de Loulé, Albufeira, Silves, Lagoa, Portimão, Lagos e Vila do Bispo. Mas juntamente a este facto, a barragem terá sido também concebida para operar como reserva estratégica a nível regional (ver figura 3). Como se verá, o conflito envolve todos estes aspectos e incorpora, como dimensão central, o impacte que a construção da barragem terá sobre o ambiente da região. Por outro lado, à margem do debate formal existe uma interpretação crítica do projecto, segundo a qual o verdadeiro objectivo da barragem de Odelouca só pode ser compreendido se se tiver em conta as dimensões transregional e internacional. Nesta perspectiva, Odelouca – e na realidade todo o sistema de barragens do Algarve – só tem explicação em função do acordo internacional com Espanha no que diz respeito à exploração do rio Guadiana.

3. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PROJECTO

Ainda que a ideia original de construir uma barragem em Odelouca date da década de sessenta, o primeiro plano geral de Aproveitamentos Hídricos no Algarve, no qual se identificam as bacias dos rios Odelouca e Funcho como potenciais lugares de futuras obras hidráulicas, foi aprovado recentemente em 1973. O facto da planificação ter começado a ser discutida na década de sessenta não foi casual. O Algarve, onde se tinha começado a desenvolver timidamente a indústria turística desde o início do século, começou a experimentar um boom turístico espectacular a partir do segundo pós-guerra, proporcionado pela afluência de visitantes vindos do norte da Europa, especialmente ingleses e alemães. Neste contexto, os anos sessenta constituem um momento decisivo para a iniciação de vários projectos de desenvolvimento regional. Em particular, simultaneamente à inauguração do aeroporto internacional de Faro em 1965, a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização emite o primeiro Plano de Ordenamento Regional, que juntamente com outros instrumentos de política planificadora, atribuem ao sector turístico um lugar central no programa de desenvolvimento do Algarve. Em apenas duas décadas, a região passou a absorver 45% do turismo estrangeiro a nível nacional, o que constitui um indicador das mudanças profundas e aceleradas que se começaram a ter lugar durante este período.

É assim que, neste contexto, se começa também a planificar a gestão da água a nível regional, um recurso obviamente vital para assegurar o êxito dos projectos que se estavam a desenvolver, dadas as características particulares do Algarve. A partir do primeiro plano hidráulico emitido no início dos anos setenta levaram-se a cabo diversos estudos adicionais, cabendo destacar, entre outros, o plano para o “Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Algarve. Sistema Odelouca-Funcho, Barragem do Funcho” (MPAT, 1988), o estudo prévio sobre “Sistema de Adução de Água para Abastecimento Público ao Barlavento Algarvio” (INAG-COBA, 1994) e a análise “Barragem de Odelouca. Galeria de Desvio Descarregador de Cheias. Prospeção Geofísica” (MARN, 1996). Contudo, o documento que passou a ser o alvo do conflito foi o primeiro Estudo de Impacte Ambiental (EIA) relativo ao “Estudo Prévio do Projecto da Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação do Sistema Odelouca-Funcho” (INAG-COBA, 1996).

Este primeiro EIA foi submetido ao exame de uma Comissão de Avaliação constituída por representantes da Direcção Regional do Ambiente do Algarve (DRA-Alg) e do Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB). Realizou-se também uma Consulta do Público, efectuada entre Setembro e Outubro de 1996, que inclui uma Audiência Pública na Casa do Povo de Alferce em 3 de Outubro de 1996. O processo de avaliação identificou uma série de graves problemas no projecto Odelouca, especialmente no que diz respeito ao seu impacte ambiental em geral, mas também no que diz respeito à sua própria justificação e desenho. A Comissão de Avaliação expediu em Novembro de 1996 e solicitou a reformulação do EIA devido a uma série de irregularidades, posição essa que foi aceite pelo Ministério do Ambiente que, por sua vez, solicitou às instituições envolvidas (INAG-COBA) que procedessem à correcção do trabalho.

O novo EIA já reformulado, composto por uma série de trabalhos que analisam detalhadamente as diferentes dimensões envolvidas no projecto (INAG-COBA, 1997-a,b; Álvares et. Al., 1997; Bettencourt C., 1997; Coelho [Coord.], 1997; Lopo M., 1997), foi apresentado ao longo de 1997. O projecto recebeu um forte apoio político através de dois acontecimentos significativos: a) em Setembro de 1997 o Conselho de Ministros emite uma resolução que afirma a relevância regional do sistema Odelouca-Funcho para o desenvolvimento de 30 mil hectares de rega; b) em finais de Outubro de 1997, a Ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, anuncia em Faro a autorização para construir a barragem de Odelouca. Este último acontecimento gerou uma forte contestação por parte dos opositores do projecto, já que tal anúncio se realizou sem que se tivessem cumprido os requisitos prévios de avaliação do novo EIA nem a consulta pública correspondente⁵.

A partir deste momento, a situação tomou um rumo inesperado devido à intervenção de um factor com o qual nenhum dos intervenientes no conflito podia ter contado: a própria “natureza”. Uma sucessão de inundações que destruíram grande parte do ecossistema da Ribeira de Monchique durante Outubro e Novembro de 1997 levaram o INAG a reelaborar o EIA devido às transformações ocorridas. O novo estudo, englobando uma Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e uma Revisão do Projecto da Barragem de Odelouca, foi apresentado ao Ministério do Ambiente em Junho de 1998. O trabalho foi submetido a uma nova Comissão de Avaliação, composta por representantes da Direcção-

⁵ Veja-se, por exemplo: “Ministra esquece discussão pública. Anúncio da barragem de Odelouca por Elisa Ferreira gera ‘escândalo’ no Algarve. Ambientalistas estão ‘chocados’ com a prática do Governo” (*Diário de Notícias*, 5-11-97. Também: “Barragem de Odelouca avança” (*Público*, 29-10-97).

Geral do Ambiente (DGA), do Instituto de Conservação da Natureza (ICN), do IPAMB e da DRA-Alg., que emitiu o seu parecer em Dezembro de 1998 (DGA et. Al., 1998). Finalmente, a 2 de Junho de 1999, depois de vários meses de atraso caracterizados por novos debates, onde a Ministra do Ambiente Elisa Ferreira anunciou a decisão definitiva de construir a barragem, optando pela assim denominada Solução 2.

Formulamos agora algumas questões centrais: quais são as características centrais do conflito que, na sua etapa mais recente, ocupou quase três anos de intenso debate público e negociação política? Quais são as características específicas do projecto sujeitas à crítica das organizações ambientais e, inclusive, do próprio governo? Que aspectos da avaliação crítica foram aceites no projecto finalmente aprovado e quais são os problemas que este deixou sem resposta?

3.1 – IMPACTE ECOLÓGICO

A sub-bacia de Odelouca desempenha um papel fundamental enquanto componente do complexo ecossistema da bacia Odelouca-Arade. Uma boa parte da área estuária da bacia foi declarada zona protegida devido à sua importância ecológica, tanto à escala nacional como internacional. Para além do mais, a mesma encontra-se interligada com outras áreas ecológicas protegidas, sobre as quais exerce uma importante influência. Especificamente, a bacia inclui a área classificada como Corine Biotopo “rio Arade” (local nº 178) e encontra-se vinculada com outros dois Corine Biotopos situados nos arredores: a “Gruta de Ibna-Hammar” (local nº 284) e “Leixão de Gaviota” (local nº 104). A importância global da área devido às suas características ecológicas foi promovida pelo ICN, que em Julho de 1996 submeteu a discussão pública a proposta de incluir a área estuária da bacia “Arade-Odelouca” (local nº 64) na lista de Zonas Especiais de Conservação protegidas pela Directiva Habitats da Comunidade Europeia (92/43/CEE), a Rede Natura 2000. No entanto, o governo português não incluiu a área Arade-Odelouca no primeiro conjunto de zonas especiais a ser integradas dentro da rede europeia, apesar de existir a possibilidade da sua inclusão num período posterior, dependendo dos resultados de um conjunto de estudos que se encontram a cargo do Ministério do Ambiente.

A importância desta área deriva das suas zonas húmidas, tanto estuárias como fluviais, que compõem o habitat fundamental de diversas espécies vegetais e animais,

especialmente peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos, muitas das quais se encontram protegidas devido à sua rareza e vulnerabilidade. Em particular, cabe destacar a existência de algumas espécies ictológicas classificadas como “raras” no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal e protegidas pela Convenção de Berna (Anexo III), tais como o barbo-do-sul (*Barbus sclaten*) e a boga-portuguesa (*Chondrostoma Lusitanicum*), que segundo alguns estudos poderia até tratar-se de uma espécie diferente e endémica da bacia. Outras duas espécies destacáveis são uma espécie de escalo recentemente descoberta e endémica da bacia (*Leuciscus aradensis*) e a enguia (*Anguilla anguilla*), que se encontra ameaçada devido à captura intensiva das suas larvas e aos obstáculos que apresentam as barragens construídas na parte alta da bacia para os seus hábitos migratórios.

A zona constitui também um habitat estratégico para uma fauna anfíbia rica, pois calcula-se que cerca de 70% das espécies de anfíbios conhecidas em Portugal se encontram presentes na área, a maioria das quais protegidas pela Convenção de Berna. Por outro lado, a bacia e os terrenos húmidos limítrofes constituem o habitat de reprodução de numerosas espécies de aves que se encontram em perigo de extinção em muitas partes da Europa, o que reafirma o valor ecológico da área tanto à escala nacional como internacional. Destacam-se neste grupo várias aves de rapina classificadas em perigo de extinção, incluindo a Águia de Bonelli, assim como grande parte das espécies que constituem a alimentação normal da Águia, como o coelho-bravo, a lebre e o pombo-torcaz (INAG-COBA, 1997 – Anexo “Aves de Rapina”, p. 36).

Por outro lado, estima-se que o Algarve é o habitat natural de umas 13 espécies de mamíferos selvagens, incluindo o lince ibérico (*Lynx pardina*), espécie considerada em perigo de extinção, à qual se soma uma variedade de espécies de morcegos que se encontram protegidas pelas convenções de Berna e de Bonn (Bettencourt Correia, 1997). Indubitavelmente, o caso mais controverso é o do lince ibérico, espécie que segundo os peritos tem no Algarve um dos seus últimos redutos. Não surpreende, no entanto, que o próprio EIA considere que:

tendo em conta a situação precária actual da população de lince na área de estudo, uma alternativa em que não se coloquem mais limitações e dificuldades à sobrevivência deste felídeo seria sem dúvida a mais conveniente à sua conservação. Tratando-se duma área importante em termos regionais, a construção da barragem contribuirá para a continuada

regressão da população de lince das serras algarvias e sudoeste alentejano, que poderá tornar-se irreversível. Deste modo, **seria aconselhável a não implementação deste empreendimento** [negrito no original].” (Álvarez, et. Al., 1997:45).

Apesar da evidência levar o EIA a concluir que “o valor conservacionista do lince-ibérico é incontestável”, este animal converteu-se num verdadeiro símbolo do conflito, na verdade um símbolo muito negativo, já que a conservação desta espécie requereria aparentemente o abandono do projecto. Esta perspectiva terá despertado “uma atitude de oposição ao lince, por parte de todos os que esperam com ansiedade a construção da barragem” (Álvarez, op. Cit., p. 1). Como foi dito de forma esquemática por um jornalista, Odelouca é “a barragem entre a água e o lince” (Independente, 17-4-98).

4. AS POSIÇÕES DIVERGENTES

Tal como indicámos anteriormente, do último grupo de estudos que compõem o EIA apresentado em 1997 (corrigido em 1998) surgiram algumas variantes ao projecto de construção inicial, incluindo a Opção Zero, isto é, o abandono do projecto. As outras três opções correspondiam a diferentes dimensões da obra: a Solução 1, que possibilita a maior capacidade de armazenamento, se bem que também implique a inundação de uma maior área e os maiores impactes ecológicos; a Solução 2, que conduz uma menor capacidade de armazenamento, ainda que suficiente para satisfazer o consumo previsto até 2025, e causa um dano ambiental muito menor, permitindo até a salvaguarda de locais do património histórico que seriam perdidos na primeira opção; finalmente, a Solução 3 possibilita uma menor capacidade de armazenamento, sendo insuficiente para satisfazer o consumo previsto para 2025, se bem que ao mesmo tempo tenha um menor impacto ecológico e ambiental (MA-DGA-ICN-IPAMB, 1998: 34,35).

Apesar desta aparente variedade de posições, na perspectiva do conflito existente apenas existem duas opções: o abandono do projecto (Opção Zero) ou a sua plena execução (Solução 1). Podemos dizer que à excepção de uma das organizações ambientalistas, que optou finalmente por uma resposta conciliadora e aceitou a decisão governamental como um mal menor, os restantes actores posicionaram-se num destes dois extremos. Não é em vão que um dos jornais que anunciou a decisão da Ministra Elisa Ferreira afirmou que “Elisa tenta agradar a gregos e troianos” (Diário de Notícias, 23-6-99).

4.1 – A FAVOR DA BARRAGEM

Aparentemente, um actor que desde há muito tempo tem sido o principal propulsor do projecto é o designado COBA, em associação com o INAG, que segundo as organizações ambientalistas tem estado a lutar pela construção da barragem desde a década de setenta.

Apesar de serem dirigidas por diferentes partidos políticos, as Câmaras Municipais das regiões afectadas mostraram uma posição coincidente no que diz respeito à necessidade de construir a barragem. Assim, tanto Silves, governada pelo PSD (direita liberal), como Monchique, nas mãos do PS (centro esquerda), sustentam que a nova obra é absolutamente essencial se aquilo que se pretende é que a barragem do Funcho existente funcione na sua total capacidade. O facto fundamental é que o projecto prevê a construção de um túnel comunicador entre ambas as obras, túnel esse que tem como objectivo a maximização do seu funcionamento conjunto. Na perspectiva partilhada pelas duas autoridades, a construção da barragem de Odelouca é uma necessidade fundamental. Contudo, existem divergências relativamente a vários aspectos, nomeadamente: a) a localização da barragem, b) as prioridades de uso dos recursos hídricos afectados pela obra e c) as próprias possibilidades de uso da mesma barragem.

No âmbito regional, a Associação de Municípios do Algarve, através do seu presidente, Carlos Tuta, que é também o autarca de Monchique, advogou permanentemente a Solução 1 (ver, por exemplo, “Ministra anuncia hoje barragem de Odelouca”, Diário de Notícias, 22-6-99). Por outro lado, o projecto contou também com o apoio, no âmbito nacional e europeu, dos deputados socialistas (ver Público 30-11-96; 4-12-96), não surpreendendo assim que face ao anúncio de luz verde publicado no passado mês de Junho os jornais tenham anunciado “Socialistas congratulam-se, ambientalistas ‘torcem o nariz’” (Jornal do Algarve, 1-7-99).

Outra instituição que também lutou obviamente pela construção da barragem foi a Águas do Barlavento Algarvio (ABA), a empresa regional de águas constituída em 1995 para coordenar o Sistema Multimunicipal de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio, sistema esse constituído pelos municípios de Albufeira, Lagoa, Lagos, Loulé, Portimão, Silves e Vila do Bispo. A ABA insistiu permanentemente no facto de que a barragem constitui uma necessidade fundamental para garantir o abastecimento público de água na região.

A "comunidade de negócios do Algarve" também se encontra entre aqueles que festejaram a decisão de construir a obra. Entre outras entidades que tornaram público o seu agrado pela decisão encontra-se a Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL), a qual expressa, sem dúvida, o sentir generalizado do sector a este respeito. Anteriormente, quando o debate se encontrava no seu apogeu, outras instituições como a

Associação Algarve-Golfe, afirmaram que a barragem era vital para manter os seus campos de golfe, sem dúvida um dos factores mais dinâmicos da indústria turística regional.

Por último, as consultas públicas realizadas em Silves e Monchique mostram que não existe oposição ao projecto por parte da população. Pelo contrário, todas as manifestações públicas realizadas pelos representantes das populações locais deram o seu apoio à construção da obra. Nesta perspectiva, a construção da barragem de Odelouca surge como uma promessa de progresso que as populações não parecem dispostas a negociar, apesar das sérias consequências ecológicas e ambientais reconhecivelmente irreversíveis do projecto.

4.2 – OPOSIÇÃO À OBRA

Pode dizer-se que, aparentemente, a oposição à obra se constituiu num empreendimento elitista, no melhor sentido possível do conceito. Sem dúvida, à pressão massiva exercida pelo evidente consenso existente entre autoridades políticas, empresários, burocratas e população, só se opôs um grupo informado, mesmo que solitário, de militantes ambientalistas e alguns profissionais e académicos. Nesta perspectiva, faz sentido perguntar por que é que a luta foi tão grande e difícil, pelo menos em termos temporais, para os defensores do projecto. A derrota terá sido muito honrosa para estes lutadores solitários, que foram capazes de resistir e que se deram por vencidos procurando reverter a decisão tomada pelo governo. Mas quem são eles?

A Associação Nacional de Conservação da Natureza (Quercus), através do seu Núcleo Regional do Algarve sediado em Faro, afirmou que a barragem constitui uma ameaça para diversas espécies animais, bem como contribui para aumentar a ineficiência da gestão dos recursos hídricos da zona. Na perspectiva desta organização, o debate deveria incorporar alternativas à construção da barragem, especialmente a reabilitação e a manutenção das barragens já existentes no Funcho, Bravura e Arade, que se encontram afectadas por processos de sedimentação, poluição e salinização. A Quercus sustenta que a infraestrutura existente seria suficiente para dar resposta às necessidades actuais e futuras até ao ano 2025, se bem que seja necessário realizar urgentemente as obras de reabilitação e manutenção. Na sua visão, pelo contrário, a

construção de uma nova barragem apenas representaria uma repetição dos problemas existentes, em particular dos erros anteriores, tais como a falta de previsão da limpeza das barragens e o tratamento das águas.

Do seu ponto de vista, a Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve (ALMARGEM) argumentou que existe um saldo positivo de recursos hídricos no Algarve, o qual seria suficiente para garantir o abastecimento pelo menos por uns 30 anos. Esta organização afirma também que os impactes ambientais do projecto foram escamoteados nos respectivos EIA. A organização assinala a existência, na área a ser inundada, de diversas espécies vegetais e animais que se encontram protegidas pela Directiva Habitat, como o nenúfar e o já mencionado lince ibérico, uma das espécies mais ameaçadas na União Europeia. Considera-se que esta última espécie, em perigo de extinção em Portugal, está representada por uma vintena de exemplares, dois terços dos quais habitam na área da Serra de Monchique e Espinhaço de Cão. Embora a própria existência do lince tenha sido posta em causa, alguns especialistas têm indicado que parece existir uma espécie de pacto de silêncio entre a população do local, a qual poderia ter sido sujeita a uma campanha de informação com o objectivo de assegurar a construção da barragem (ver Figueiras, 1997:43). Outras espécies passíveis de serem também severamente afectadas seriam a lontra e a Águia de Bonelli.

Por sua vez, a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) opõe-se à construção de grandes barragens e propõe a alternativa de construir obras de média e pequena envergadura, propondo ao mesmo tempo a realização de estudos mais rigorosos sobre a verdadeira potencialidade dos aquíferos da região. A organização afirma que o argumento de que os aquíferos estão contaminados não é suficiente para propiciar a exploração massiva dos recursos de água superficiais já que estes também se encontram contaminados. No caso do rio Odelouca, destaca-se a poluição produzida pela descarga de efluentes sem tratamento procedentes da suinicultura existente nas águas acima da margem do rio Monchique. A LPN defende a necessidade de proceder à protecção dos aquíferos utilizando os meios legais existentes (ver Figueiras, 1997:39). A instituição questiona também o argumento de que a água garantida pela futura barragem seria destinada ao abastecimento público, na medida em que a lógica do plano hídrico regional indica que a mesma será utilizada para a irrigação. Desta maneira, o projecto não se qualificaria para receber financiamento dentro do Fundo de Coesão, já que este não contempla o apoio a projectos destinados à agricultura. Outro objecto de crítica para

a LPN é o facto dos EIA terem sido comissionados à empresa COBA, que é o mesmo actor que tem vindo a promover a construção da barragem desde 1976. A LPN afirma a impossibilidade dos EIA serem executados de forma imparcial e objectiva, uma vez que o seu autor é parte interessada na construção do projecto.

5. UMA DECISÃO POLÉMICA

Perante a pequena síntese anterior, que constitui apenas um reflexo parcial dum processo que reveste uma enorme complexidade, podemos entrever o carácter polémico da decisão assumida pela Ministra Elisa Ferreira ao aprovar a construção da barragem no passado mês de Junho. O carácter definitivo da decisão foi confirmado quando pouco depois, no mês de Setembro, se lançou um concurso público para proceder à adjudicação da obra avaliada em 13 milhões de contos aos contratantes, os quais deverão concluí-la num prazo de quatro anos.

Mas, para poder compreender o sentido da decisão tomada e obter uma compreensão mínima da direcionalidade do processo impõe-se assumir uma perspectiva muito mais ampla do que a que apenas nos permite analisar o projecto em si mesmo e os seus debates pontuais. Quer a decisão final, quer o próprio projecto, só se tornam inteligíveis quando considerados numa perspectiva global, transregional e, mesmo, continental. O que é que queremos dizer com isto?

Em primeiro lugar, o facto central de a maior parte dos fundos para a construção da barragem procederem do Fundo de Coesão da Comunidade Europeia, cujo prazo de vencimento para a apresentação de projectos antes do seu cancelamento definitivo era 1999, ajuda a explicar a pressa do governo em aprovar o projecto o mais rapidamente possível. Por outro lado, ainda que os documentos oficiais posteriores ao Plano de Aproveitamentos Hidráulicos do Algarve (MPAT, 1988) não façam menção explícita do tema⁶, o papel de Odelouca e do sistema de barragens do Algarve só se torna inteligível enquanto receptor dos futuros fluxos a ser extraídos do rio Guadiana, uma vez que se concluam as obras previstas nos dois países para a regulação desta bacia. Em consequência, os alcances do impacte ecológico e ambiental deste processo a nível

⁶ É este o nosso entendimento a partir da análise dos documentos a que foi possível ter acesso (ver lista de fontes utilizadas). Contudo, a mesma opinião foi emitida por alguns peritos que tivemos o prazer de entrevistar, como é o caso do Dr. Mário Baptista Coelho (ver “Entrevistas”). Na sua opinião, existe um verdadeiro programa não escrito de utilização dos recursos hídricos transregionais (internacionais) na zona Algarve/Alentejo – Andaluzia.

macro-regional serão muito maiores do que os previstos ao nível da subregião afectada pela barragem de Odelouca.

Como foi analisado previamente, a decisão anunciada pela Ministra do Ambiente em construir a barragem de Odelouca seguindo a Solução 2, levou, de certo modo, ao encerramento de um debate que chegou a ter tons muito elevados durante os últimos três anos, especialmente em 1998. Contudo, as enormes repercussões que o impacte ecológico e ambiental do projecto pode causar serão sem dúvida motivo de recorrentes conflitos, inclusivamente se os mesmos não conseguirem refrear a dinâmica posta em movimento com a decisão de Junho. Um primeiro exemplo dos conflitos que se começam a dar diz respeito ao conjunto de processos iniciados perante o Tribunal Europeu de Justiça contra Portugal relativamente a uma diversidade de temas ambientais, que terão posto em questão o Ministério do Ambiente, incluindo a utilização da água, as políticas de conservação, as formas em que se realizam os estudos de impacte ambiental e as políticas de acesso à informação sobre temas relacionados com o ambiente (ver “Atentados ao Ambiente. Europa levanta 12 processos contra Portugal”, Expresso, 24-7-99). Evidentemente, mesmo que as organizações e os profissionais ambientalistas se encontrem sozinhos na sua luta à escala local e nacional, certamente poderão contar com bons aliados no âmbito continental, onde estes temas têm vindo a atingir uma relevância política crescente. Como exemplo disto, a directiva sobre o uso conjunto de bacias que receberá proximamente sanção por parte da Comissão Europeia, irá impor uma enorme pressão relativamente ao controlo dos sistemas geohidrológicos, a tal ponto que não se deverá apenas gerir o uso conjunto de águas de superfície e subterrâneas, mas também os sectores estuários que integram as bacias em questão. Este novo desenvolvimento, de carácter verdadeiramente revolucionário à escala internacional, terá um impacte directo sobre a gestão dos recursos hídricos no Algarve e dará novas armas aos sectores que se opõem ao abandono de objectivos progressistas, orientados para a expansão massiva da oferta de recursos, e a sua substituição por alternativas que procurem incrementar a eficiência e a protecção dos recursos existentes.

6. CRONOLOGIA

Ano s 60	Começa-se a pensar na hipótese de construção da barragem.
1973	Plano geral dos Aproveitamentos Hídricos do Algarve aprovado pelo Governo, onde se identificam já as bacias das Ribeiras de Odelouca e do Funcho como os locais preferenciais para instalação das futuras captações de água.
1976	A COBA é já, nesta altura, a empresa que advoga e promove a construção da barragem de Odelouca.
Mar. 88	Estudo do aproveitamento dos recursos hídricos do Algarve; Estudo do Sistema Odelouca-Funcho e Barragem do Funcho feito pelo Ministério do Planeamento e Administração do Território – Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais – Direcção Geral dos Recursos Naturais.
1994	Estudo prévio - COBA/INAG - sobre o Sistema de Adução de Água para Abastecimento Público ao Barlavento Algarvio.
1995	Prospecção Geofísica sobre a Barragem de Odelouca - Galeria de Desvio e Descarregador de Cheias feito pelo Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais – Secretaria de Estado do Ambiente e do Consumidor: Instituto da Água – Direcção de Serviços de Projectos e Obras - Divisão de Estudos e Projectos – Sector de Geotecnia pelo Engº Civil Sérgio Menezes Lopes.
Abr. 95	Relatório do Inag estimando que nas bacias hidrográficas de quase toda a região algarvia, à excepção dos municípios abrangidos pela bacia do Guadiana, o consumo industrial de água era de 40.000 milhões de litros.
1996	Avaliação e discussão pública do 1º EIA. Parecer da LPN, emitido durante a discussão pública, em que se considera que a protecção do Lince Ibérico é um factor que deve inviabilizar a construção da barragem.
19.O ut. 96	Fim da consulta pública do EIA.
Out. 96	Ministra do Ambiente Elisa Ferreira chumba o 1º EIA e ordena a sua revisão, após um parecer demolidor da Comissão (Instituto da Conservação da Natureza - ICN) nomeada para avaliá-lo. Considera-se que, neste estudo, não existe uma análise integrada dos recursos hídricos da região, por forma a poder serem avaliadas as fontes alternativas de abastecimento de águas para a região. O Vice-Presidente do ICN, Pereira dos Santos, explica que a sua associação não se pronuncia contra o empreendimento, mas contra o EIA, uma vez que considera que, este não contém “informação suficiente para discutir o assunto de forma clara”. A generalidade das entidades que se pronunciaram no período legal de debate público apontam de forma consensual a sua falta de qualidade deste estudo,.
Nov. 96	Aprovação da candidatura do Barlavento Algarvio ao Fundo de Coesão.
21.N ov.9	Carta aberta de José Apolinário, Euro-Deputado e Presidente do PS Algarve, dirigida à Ministra do Ambiente onde acusa as associações de defesa da

6	<p>natureza de “colocarem obstáculos a um projecto fundamental para o desenvolvimento da região” e que respeite as “necessárias componentes ambientais”. Declarando que “se há dúvidas sobre o EIA elaborado pela COBA, faça-se uma auditoria, mas não se impeça a construção da barragem porque a água é um bem demasiado escasso no Algarve para comprometermos o seu aproveitamento.”</p> <p>Em resposta a esta carta, as associações ambientalistas disseram não estar contra “projectos de abastecimento de água às populações (...) desde que a componente ambiental seja devidamente equacionada.” E tecendo, ainda, como principais críticas ao projecto a “inexistência de alternativas de localização” e a “deficiente avaliação dos impactes bio-ecológicos”.</p>
29.Nov.96	<p>A Ministra do Ambiente assiste à assinatura dos contratos de adjudicação da ampliação da Estação de Tratamento de Tavira e da construção do Adutor-Ponte (obras avaliadas em 2.256.000.00. contos).</p> <p>Na mesma cerimónia, as associações ambientalistas Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental e LPN, entregam uma carta aberta à Ministra do Ambiente - Elisa Ferreira - manifestando o seu “repúdio pela forma como o Ministério do Ambiente tem vindo a conduzir o processo de construção da barragem de Odelouca.”. “É uma obra de grande envergadura, que vai atravessar zonas ecologicamente muito sensíveis (rio Arade, Sapais das Margens, Morgado de Arge, entre outras) e causar grande impacto visual e paisagístico, mas antes não foi feito um estudo de impacto ambiental que aponte alternativas à localização e ao tipo de obra.”</p> <p>O Ministério do Ambiente é ainda acusado de promover apenas “a construção de grandes barragens, obras que parecem partir do pressuposto que os aquíferos algarvios estão irremediavelmente condenados à degradação, não sendo por isso necessário haver qualquer tipo de actuação relativamente à protecção e recuperação dessas reservas subterrâneas.”</p>
Dez. 96	<p>O LPN considera que o Fundo de Coesão, fonte de financiamento da barragem, é incompatível com a natureza da obra, sob o argumento de que estes fundos se destinam exclusivamente a investimentos na área do Ambiente e Transportes e que uma vez que a barragem irá servir para abastecimento público e rega, a actividade agrícola é incompatível com a natureza deste subsídio.</p>
03.Dez. 96	<p>Requerimento apresentado pelos deputados do PS eleitos pelo Algarve na Assembleia da República, em defesa da construção urgente da barragem considerando-a como uma componente essencial do sistema de abastecimento de água no Algarve e solicitando à Ministra do Ambiente maior celeridade na condução do processo.</p>
Set.97	<p>Resolução do Conselho de Ministros em que é reconhecida a relevância regional do aproveitamento da barragem de Odelouca juntamente com a do Funcho, para o desenvolvimento de 30.000 hect. de regadio.</p>
Out. 97	<p>COBA – EIA (último EIA).</p>
25/26.Out.97	<p>Cheias danificam a Ribeira de Monchique.</p>
Set.9	<p>Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos e Impactes Hidrogeológicos do</p>

7	Sistema Odelouca-Funcho, realizado pelo Prof. Doutor João Loupo Mendonça.
28.O ut.97	<p>Elisa Ferreira anuncia, no Governo Civil de Faro, a autorização de construção da barragem ainda antes do processo de avaliação de impacte ambiental estar concluído. Este acto gerou uma forte contestação pelas associações ambientalistas envolvidas no processo.</p> <p>A Ministra anunciou ainda, nesta mesma data, que a discussão pública deste novo estudo terá lugar em Dezembro estando prevista a conclusão do sistema de abastecimento de água a todo o litoral do Barlavento Algarvio em 1999.</p>
Dez. 97	Discussão pública da construção da barragem.
1998	2º EIA delibera favoravelmente quanto à construção da barragem, e reforça a necessidade de cumprimento do prazo de construção do projecto, imposto pelo Fundo de Coesão (antes do ano 2000). Raul Caixinhas, responsável pela Divisão de Impactes Ambientais do Inag, pronuncia-se sobre este estudo e considera que a sua qualidade é muito superior à do anterior, na medida em que todas as espécies protegidas existentes na serra foram objecto de estudo aprofundado.
09.A br.98	A LPN distribui um comunicado distribuí à imprensa, onde reafirma a ideia de que a construção da barragem é desnecessária, já que a água das barragens do Funcho, Arade e Bravura, se revela “mais que suficiente para garantir as necessidades actuais”, tanto para abastecimento público domiciliário como para irrigação agrícola. Segundo esta associação, o argumento da necessidade de construção da barragem, devido à sua utilização para fins agrícolas, cai por terra quando é o “próprio EIA a reconhecer que a agricultura intensiva irrigada pela água de Odelouca vai ser responsável pela degradação dos aquíferos de boa qualidade ainda existente” nesta zona.
17.J un.9 8	<p>O INAG elabora um Processo de AIA (Avaliação do Impacte Ambiental) e a Revisão do Projecto da Barragem de Odelouca, documento em que alega a reconsideração do EIA devido aos danos causados pelas cheias de Outubro/Novembro do ano transacto. Esta revisão prevê a opção 0 (zero) – não construção da barragem, a solução 2 – construção imediatamente a jusante da confluência das Ribeiras e a solução 3 – 2km acima do local previsto para as outras duas hipóteses e que evita a inundação do vale da Ribeira de Monchique. Esta última hipótese tem o inconveniente, segundo o Inag de garantir um armazenamento de água inferior (65 hectómetros) às hipóteses anteriores e que segundo ele não é suficiente para as necessidades da zona (pelo menos 75 hect.).</p> <p>Sofia Rodrigues, Vice-Presidente da LPN, contesta esta decisão alegando que “É como se estivessem a dizer – quem quiser construir uma determinada obra mas numa área de grande valor ecológico, basta pegar fogo à zona, por acidente. Destrói-se tudo e já se pode construir.”</p>
09.S et a 21.O ut. 98	Anúncio da consulta pública. O documento resumo do EIA e o EIA encontram-se disponíveis nas Câmaras Municipais de Silves, Monchique, Lagoa, Albufeira, Portimão, Vila do Bispo e Loulé, Direcção Geral do Ambiente do Algarve e no Instituto de Promoção Ambiental.
21.O	Parecer da LPN apresentado durante o decorrer da consulta pública e que se

ut.98	revela desfavorável quanto à construção e necessidade da barragem. Parecer da Quercus sobre o EIA.
22.O ut.98	Manifestação de um grupo de autarcas algarvios contra o parecer negativo da LPN quanto à construção da barragem. O vereador da Câmara de Monchique, Carlos Henrique e o Presidente da Câmara de Lagoa e vogal da Associação de Municípios do Algarve, Joaquim Piscarreta reafirmaram a extrema necessidade de construção da barragem em ordem ao desenvolvimento da região. Reforçam esta ideia afirmando que, a rede Natura 2000 (grelha dos “habitats” mais importantes para a conservação da natureza na União Europeia, incluída no projecto Corine Biotopos) apenas identificou “a ocorrência provável de Lince Ibérico na zona como mera hipótese”. Mário Lage - Presidente da Associação Algarve-Golfe considera que “a barragem é vital para regar estes campos de golfe” dois novos empreendimentos projectados para a zona do Barlavento.
04.N ov.9 8	Comunicado do GEOTA que considera que a barragem “não é necessária para o abastecimento público de água àquela zona do Barlavento Algarvio” e que, existindo alternativas ao abastecimento público, “não é legítima a execução do projecto, tendo em conta a legislação vigente ao nível da Directiva Habitat, da União Europeia.
?	Denúncias das associações ambientalistas a Bruxelas, nomeadamente da LPN.
05.N ov.9 8	Fim do prazo de consulta pública do EIA Parecer do presidente da Câmara Municipal de Monchique - Carlos Tuta -, enviado ao Inag, em que considera que “a construção da Barragem de Odelouca é de uma importância vital para o desenvolvimento do concelho de Monchique”.
09.N ov.9 8	Parecer negativo da associação Almargem quanto à construção da barragem, alegando que ela não é necessária para o bastecimento público de água naquela zona.
Nov. 98	Fim do prazo de consulta pública do EIA.
03.D ez.9 8	Prazo limite para emissão de um parecer sobre os EIA em avaliação pelo Ministério do Ambiente.
21.J un.9 9	Carlos Tuta, Presidente da Associação de Municípios do Algarve (AMAL) e da autarquia de Monchique reforça o seu interesse pela opção 1 (em entrevista ao DN).
22.J un.9 9	Ministra do Ambiente faz reunião, no concelho de Monchique, para anunciar publicamente a decisão de construção da barragem. A solução escolhida visa o abastecimento dos concelhos de Albufeira, parte ocidental de Loulé, Silves, Lagoa, Portimão, Lagos e Vila do Bispo, e é uma versão reduzida da barragem projectada inicialmente e que se prevê estar concluída dentro de quatro anos. Segundo Elisa Ferreira, esta opção prende-se fundamentalmente com a minimização dos danos ambientais. Com esta solução as termas da Fonte Santa serão poupadas. A visita da Ministra começou com uma reunião com os autarcas do Barlavento Algarvio na Câmara de Monchique. Seguiu-se uma visita à

	<p>Estação de Tratamento de Águas do futuro Sistema de Abastecimento de Águas ao Barlavento e uma visita às obras de recuperação da barragem da Fuzeta, situada no Sotavento, e finalmente, inaugurou o Sistema Interceptor de Águas Residuais Domésticas de Faro, Zona Nascente, e que teve lugar na Estação Elevatória deste sistema.</p>
	<p>Reacção das associações ambientalistas ao anúncio público: a Presidente da LPN - Helena Freitas -, contesta a decisão da Ministra continuando a alegar que a construção da barragem, sob o argumento de necessidade da captação para consumo domiciliário não é válido e que “isto obviamente tem fins agrícolas”. Para a Quercus, a opção de Elisa Ferreira “não passa de uma lavagem de cara, que em nada altera o que havia levado ao chumbo pelo Ministério do Ambiente, do EIA, em Outubro de 1996. Contudo, a Almargem considera a alternativa aprovada um mal menor, preservando os “habitats” existentes no vale da vertente oriental da Serra de Monchique. Por seu lado, o Presidente da Associação de Municípios do Algarve, revelou-se satisfeito com a decisão Ministerial.</p>
23.J un.9 9	<p>Anúncio público onde é previsto um orçamento para a construção da barragem na ordem dos 13.000.000.00 contos.</p>
27.J un.9 9	<p>Confederação dos Empresários do Algarve - CEAL – reclama a urgência da operacionalização da barragem e congratula-se com a decisão da Ministra do Ambiente.</p>
05.S et.99	<p>Abertura de concurso público para elaboração do projecto de construção da barragem na zona escolhida pela Ministra Elisa Ferreira, e que se situa a montante da confluência das Ribeiras de Odelouca e Monchique.</p>

7. BIBLIOGRAFIA

7.1 – DOCUMENTOS OFICIAIS

ÁLVARES, F.; MOÇO, G.; PETRUCCI-FONSECA, F., (1997), Estudos Ambientais da Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação do Sistema Odelouca-Funcho. Área Específica de Actuação: Lince-Ibérico, Lisboa: COBA.

COELHO, Maria Manuela, (Coord.), (Setembro de 1997), Sistema Odelouca-Funcho. Projecto da Barragem de Odelouca e do Túnel de Interligação. Estudo da Ictiofauna Continental. Relatório Final, Lisboa: Fundação da Faculdade de Ciências de Lisboa.

CORREIA, Pedro Bettencourt, (Coord.) (1997), Estudos de Revisão do Projecto da Barragem de Odelouca e do Túnel de Interligação do Sistema Odelouca-Funcho. Avaliação de Potenciais Alterações na Morfologia, Hidrodinâmica e Ecologia do Sistema Estuarino Arade/Odelouca, Lisboa: NEMU Gestão e Requalificação Ambiental Ltda.

FUNDEUROPA - Associação de Municípios do Algarve (AMAL), (1999), Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve (PEDRA), Faro: AMAL (<http://www.amal.pt>).

Instituto da Água (INAG) – Consultores de Engenharia e Ambiente (COBA), (1997), Sistema Odelouca-Funcho. Projecto da Barragem de Odelouca e do Túnel de Interligação. Estudo de Impacte Ambiental, Resumo não Técnico, Lisboa: COBA.

Instituto da Água (INAG), (1997a), Sistema Odelouca-Funcho. Projecto da Barragem de Odelouca e do Túnel de Interligação. Estudo de Impacte Ambiental, Vol. 1, Relatório Base, Lisboa: COBA.

Instituto da Água (INAG), (1997b), Sistema Odelouca-Funcho. Projecto da Barragem de Odelouca e do Túnel de Interligação. Estudo de Impacte Ambiental, Vol. 2. Análise de Soluções Alternativas com Redução do Objectivo do Aproveitamento, Lisboa: COBA.

Instituto da Água (INAG), (1996), Estudo Prévio do Projecto da Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação do Sistema Odelouca-Funcho, Lisboa: INAG-COBA.

Instituto Nacional de Estatística (INE) – Comissão de Coordenação do Registro do Algarve (CCRA), (1998), Os Municípios do Algarve, Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (INE), (1990), Estatísticas de Turismo, Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (INE), (1993), Portugal Agrícola, Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística, (1998), Estatísticas de Turismo, Lisboa: INE.

MENDONÇA, João J. Lopo, (1997), Sistema Odelouca-Funcho. Estudos Ambientais do Projecto da Barragem de Odelouca e do Túnel de Interligação. Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos e Impactes Hidrogeológicos, Lisboa: COBA.

Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN), Secretaria de Estado do Ambiente e do Consumidor, (1996), Barragem de Odelouca. Galeria de Desvio Descarregador de Cheias. Prospeccção Geofísica, Lisboa: MARN.

Ministério do Ambiente (MA), Direcção-Geral do Ambiente (DGA), Instituto da Conservação da Natureza (ICN), Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB), Direcção Regional do Ambiente do Algarve, (Dezembro de 1998), Parecer da Comissão de Avaliação. Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação Odelouca/Funcho (Estudo Prévio – Reformulação), Lisboa: DGA.

Ministério do Ambiente, Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB), (Novembro de 1998), Relatório da Consulta do Público. Estudo de Impacte Ambiental, “Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação Odelouca/Funcho (Reformulação)”, Lisboa: IPAMB.

Ministério do Planeamento e Administração do Território (MPAT), Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Direcção-Geral dos Recursos Naturais, (1988), Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Algarve. Sistema Odelouca-Funcho, Barragem do Funcho, Lisboa : MPAT.

7.2 – OUTROS DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIA

Acção Ambiental para o Barlavento (AAB), (Outubro de 1998), Avaliação do Segundo Estudo de Impacte Ambiental da Barragem de Odelouca, Portimão: AAB.

Águas do Barlavento Algarvio, S. A, (ABASA), (Outubro de 1998), Análise e Comentários Efectuados pela Empresa Águas do Barlavento Algarvio S. A., sobre a Reformulação do Estudo de Impacte Ambiental “Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação do Sistema Odelouca-Funcho, Silves: ABASA.

Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve (ALMARGEM), (Outubro de 1998), Parecer sobre o Estudo de Impacte Ambiental do Projecto da Barragem de Odelouca e do Túnel de Interligação do Sistema Odelouca-Funcho (INAG/COBA, 1997), Faro: ALMARGEM.

Associação Nacional de Conservação da Natureza (QUERCUS) – Nucleo Regional do Algarve, (21 de Outubro de 1998), Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação. Parecer sobre o Estudo de Impacte Ambiental, Moncarapacho: QUERCUS.

Associação Nacional de Conservação da Natureza (QUERCUS), (1994), Os Rios, a Vida e o Homem. Os Recursos Hídricos em Portugal, Moncarapacho: QUERCUS.

Grupo de Estudos de Ordenamento de Território e Ambiente (GEOTA), (Outubro de 1998), Avaliação do Estudo de Impacte Ambiental, “Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação Odelouca/Funcho”, Lisboa: GEOTA.

Liga para a Protecção da Natureza (LPN), (Outubro de 1998), Barragem de Odelouca. Parecer da LPN Apresentado em Consulta Pública, Lisboa: LPN.

TUTA, Carlos Alberto dos Santos, (Dr.), Carta do Presidente da Câmara Municipal de Monchique à Direcção de Serviços, Projectos e Obras, Instituto da Água, acerca do “Estudo de Impacte Ambiental da Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação Odelouca/Funcho”, Monchique, 5 de Novembro de 1998.

7.3 – ARTIGOS

FIGUEIRAS, Helena, (1997), “Barragem de Odelouca. Sacrificar o paraíso” in Forum Ambiente, #44, pp. 38-43.

7.4 – RECORTES DE IMPRENSA (POR ORDEM CRONOLÓGICA)

MARÉ ALTA, “Estudo de impacte ambiental mete a pique Barragem de Odelouca”, # 13, 6 de Fevereiro de 1997, pág. 20.

O PÚBLICO, “Construção da barragem de Odelouca vai avançar”, 21 de Junho, de 1999.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “Ministra anuncia hoje barragem de Odelouca”, 22 de Junho de 1999.

A CAPITAL, “Ambientalistas contra barragem de Odelouca”, 23 de Junho de 1999.

O PÚBLICO, “Barragem menor em Odelouca. Ministra viabiliza versão reduzida do empreendimento e ambientalistas criticam decisão”, 23 de junho de 1999.

EXPRESSO, “Atentados ao Ambiente. Europa levanta 12 processos contra Portugal. Ambiente enfrenta 12 queixas da União Europeia”, 24 de Julho de 1999.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “Barragem de Odelouca terá em breve projecto”, 5 de Setembro de 1999.

7.5 – ENTREVISTAS

Dr. Mario Baptista Coelho, Independent World Comisión on the Oceans, Lisboa, 10 de Dezembro de 1999.

Engenheiro Mascarenhas, Câmara Municipal de Silves, Silves, 5 de Agosto de 1999.

Engenheiro Montês, Câmara Municipal de Monchique, Monchique, 5 de Agosto de 1999.

Engenheiro João Sousa, Águas do Barlavento Algarvio, 6 de Agosto de 1999.

Sr. Fernando Gonçalves, QUERCUS, Faro, 6 de Agosto de 1999.